

Democracia e Direitos Humanos na África Subsaariana

Alguns avanços...

O Governo sul-africano tem dado passos concretos no sentido de combater a corrupção, reforçar as instituições democráticas e assegurar um maior respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Apesar dos problemas de insegurança urbana e de saúde pública – com a proliferação do HIV/SIDA – há a registar medidas no sentido de promover uma maior justiça social, como a devolução de terras a dezenas de famílias expropriadas durante o *apartheid*, no quadro de um programa de reparação dos danos causados pelo anterior regime. Neste âmbito, salienta-se o papel desempenhado pela Comissão sul-africana para a Verdade e a Reconciliação (Truth and Reconciliation Commission – TRC), criada no seguimento da eleição do primeiro governo democrático sul-africano, em 1994, com o objetivo de identificar casos de violação dos direitos humanos no passado e elaborar recomendações para garantir a indemnização das vítimas. Após a publicação, em 1998, do relatório onde foram identificadas mais de 20 mil vítimas, algumas das recomendações foram implementadas mas as compensações financeiras propostas ficaram

congeladas, devido a um processo judicial colocado pelo Partido Inkata contra a TRC. Só em Janeiro deste ano o caso foi resolvido pelos tribunais, removendo o último obstáculo à publicação e à implementação do programa de reparações.



Recentemente, a Comissão veio propor que alguns empresários sul-africanos pagassem indemnizações por terem indirectamente beneficiado do regime de *apartheid*, tendo por base o facto de a economia moderna sul-africana ter sido historicamente construída sobre a negação de direitos humanos básicos a milhões de sul-africanos negros, o que os tornou vulneráveis à exploração grosseira de muitos fazendeiros brancos, proprietários de minas e outros homens de negócios, mesmo antes da tomada de poder pelo Partido Nacional, em 1948.

Apesar de todos os atrasos e obstáculos à implementação das recomendações, o facto de o debate sobre estas reparações ter actualmente lugar no interior da sociedade sul-africana e ser protagonizado por sul-africanos de diversos quadrantes, através das suas instituições democráticas, é o melhor sinal de que o processo de reconciliação nacional e de consolidação de uma cultura democrática na África do Sul é real e sustentável.



Direitos Humanos na internet

Human Rights Watch

<http://www.hrw.org/>

Tem o mais completo banco de informações actualizado hora a hora sobre direitos humanos. Aqui encontra informação detalhada por região, país e assunto.

United Nations High Commissioner for Human Rights

<http://www.unhchr.ch/>

São disponibilizados neste site documentos oficiais, notícias relevantes, e são igualmente desenvolvidos alguns temas de relevo, entre os quais os direitos das crianças, das mulheres ou a relação entre a democracia e os direitos humanos.

Ethical Globalization Initiative

<http://www.eginitiative.org/>

Iniciativa liderada por Mary Robinson, que procura tornar o processo de globalização mais humano, dando o seu apoio a projectos de defesa e desenvolvimento prático de direitos humanos, usando a *New Partnership for African Development* (NEPAD) como estudo de caso.

International Council on Human Rights Policy

<http://www.ichrp.org/>

Este instituto conduz investigação de política aplicada no campo dos direitos humanos, sob uma perspectiva internacional e multidisciplinar.

European Court of Human Rights

<http://www.echr.coe.int/>

A estrutura, funcionamento e actividades do Tribunal Europeu de Direitos Humanos são aqui detalhadas. Funciona também como portal de acesso ao centro de documentação da jurisprudência relativa à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Tribunal Penal Internacional

<http://www.icc.int/>

No site do Tribunal Penal Internacional, estabelecido pelo Estatuto de Roma em 1998, por cerca de 120 países, pode consultar informação sobre os casos em desenvolvimento, os órgãos que o constituem, ou ainda, documentos base relevantes e um descriptivo noticioso.

*Patrícia Ferreira**

... e muitos recuos

Apesar da assinatura de mais um acordo de paz na República Democrática do Congo e da conclusão do diálogo Inter-Congolês no início de Abril, mais de dois milhões de pessoas já morreram em resultado do conflito, tornando-o no mais sangrento desde a Segunda Guerra Mundial.

A situação nas províncias do nordeste do território é especialmente preocupante, com violações constantes dos direitos humanos por parte de grupos rebeldes e tropas ugandenses e ruandesas, proliferação de armas leves, uso comum de crianças-soldado, assassinatos arbitrários e deliberados de civis, intimidação de testemunhas e activistas locais dos direitos humanos e obstrução das operações humanitárias que são assim transformadas num instrumento da guerra.

Na região de Ituri, as tropas ugandenses têm sido acusadas de explorarem livremente as riquezas minerais da zona e de fomentarem a tensão entre as comunidades Lendu, predominantemente agrícola, e Hema, economicamente mais influente. Os confrontos entre mili-

cias locais, organizadas em torno de linhas étnicas, que se arrastam desde 1999, originaram em Abril milhares de refugiados e uma série de massacres, com a descoberta de dezenas de valas comuns onde se estima estarem cerca de um milhar de vítimas Hema. Na sequência destes acontecimentos, uma equipa das Nações Unidas encontra-se a investigar o massacre, prevendo-se que os responsáveis, a serem encontrados, possam ser julgados no Tribunal Penal Internacional.

Em resultado da retirada das tropas ugandenses da região, a missão da Organização das Nações Unidas na RDC (MONUC) anunciou o reforço da presença civil e militar da ONU em Ituri, por forma a tentar estabelecer condições mínimas de segurança e o acesso das agências humanitárias à população mais carenciada, bem como apoiar o trabalho da "Comissão de Pacificação de Ituri", a qual estabeleceu uma administração local multiétnica para a gestão da zona até à tomada de posse de um governo nacional pós-guerra. No entanto, o vazio de segurança deixado pela saída das tropas ugandenses levanta receios de novos massacres no curto prazo, o que pode vir a comprometer seriamente o processo de paz em curso.

* IIEI